



**MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA POR OCASIÃO DA  
ABERTURA DO XV CONGRESSO NACIONAL DOS  
MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO**

**Brasília-DF, 28 de abril de 2010.**

É com muito honra que me dirijo a todos os senhores e senhoras que estão na Capital da República com o objetivo de participar do décimo quinto Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho.

Tenho a convicção de que um dos principais papéis do Estado é colocar sempre a sua estrutura a serviço da cidadania. É estar acessível a todos, sem discriminação – e, em especial, às faixas mais vulneráveis da população, que, se ficarem simplesmente expostas às ações do mercado, não conseguiriam fazer respeitar e valer os seus direitos.

A Justiça do Trabalho desempenha um papel fundamental nesse sentido. É por meio dela que milhões de brasileiros e brasileiras têm acesso, pela primeira vez, ao Sistema Judiciário. É ela que representa a única esperança de Justiça para trabalhadores que – quando não sindicalizados – praticamente não contam com nenhum apoio em defesa de suas causas.

É por isso que, no processo da Reforma do Judiciário, fizemos questão de fortalecer a Justiça do Trabalho e ampliar suas competências.

No âmbito do Primeiro Pacto Republicano de Reforma Infraconstitucional, foram aprovadas três leis importantes no combate aos recursos protelatórios, o que valorizou a efetividade das decisões da magistratura trabalhista.

Já no Segundo Pacto Republicano de Estado por um Sistema de Justiça mais Acessível, Ágil e Efetivo, firmado pelos presidentes dos três Poderes em abril de 2009, seguimos buscando aperfeiçoar a legislação trabalhista. Com isso, queremos ampliar a aplicação de novas tutelas de proteção das relações de trabalho e conferir maior agilidade na cobrança dos créditos trabalhistas.

A Associação Nacional de Magistrados da Justiça do Trabalho, como se sabe, vem desempenhando um importante papel nesse processo.

Desde 2008, a Anamatra integra a Comissão de Juristas criada pelo Ministério da Justiça, sob coordenação da Secretaria de Reforma do Judiciário. Este foro, que também conta com outras instituições e entidades da área trabalhista, é responsável pelo debate e elaboração de novas propostas de modernização da legislação material e processual do trabalho.

A comissão já produziu diversos anteprojetos de lei, como é o caso da regulamentação da cobrança de juros e correção monetária no âmbito da Justiça do Trabalho, da ampliação da gratuidade da Justiça, de uma nova disciplina sobre o teletrabalho e do combate à discriminação nas relações de trabalho.

Temas como esses, voltados para as novas realidades do mercado de trabalho, assim como para uma Justiça cada vez mais acessível, ágil e efetiva, contam com todo o apoio do Governo Federal.

Os órgãos de governo, em especial os Ministérios da Justiça e do Trabalho e Emprego, sempre estarão ao lado da Justiça do Trabalho, cooperando na continuada luta de combate à precarização das relações de trabalho e em defesa dos direitos dos trabalhadores.

Estou certo de que este Congresso é uma oportunidade ideal não apenas para reafirmarmos esta parceria mas, sobretudo, para debatermos novas propostas e aprofundarmos o diálogo virtuoso que tanto vêm contribuindo para o fortalecimento da Justiça em nosso País e a defesa dos direitos de nossos cidadãos.

Tenham todos um bom Congresso.

Muito obrigado.

